



Comissão de Orçamento e Finanças

---

## **Relatório**

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 2 e 3  
da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro

## **Relator:**

Deputado Hugo Costa  
(PS)

---

Audição da personalidade indigitada para o cargo de Administrador  
do Banco de Portugal



Comissão de Orçamento e Finanças

---

## **ÍNDICE**

**PARTE I – CONSIDERANDOS**

**PARTE II – METODOLOGIA**

**PARTE III – AUDIÇÃO**

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

**PARTE V – ANEXOS**



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE I – CONSIDERANDOS**

A Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determina, através dos números 2 e 3 do seu artigo 27.º, que os membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras «o governador e os demais membros do conselho de administração são designados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das finanças, após parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República», sendo esse parecer «precedido de audição na comissão parlamentar competente, a pedido do Governo».

Nos termos legalmente estabelecidos, no dia 19 de setembro de 2022, através de ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Administrador do Banco de Portugal, Dr. Rui Miguel Correia Pinto, fazendo acompanhar o ofício da respetiva nota biográfica.



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE II – METODOLOGIA**

A audição na COF do Dr. Rui Miguel Correia Pinto realizou-se no dia 27 de setembro de 2022, tendo para o efeito sido adotada a seguinte grelha de tempos:

- Intervenção inicial do indigitado até 10 minutos
- 1.ª ronda: 5 minutos por GP e 2 minutos DURP, com resposta conjunta, de igual tempo
- 2.ª ronda: 2 minutos por Deputado, com resposta conjunta correspondente ao total do tempo das perguntas

A grelha de tempos da audição foi meramente indicativa e não impediu que todas as perguntas fossem feitas e todas as respostas fossem dadas a benefício do esclarecimento máximo.



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE III – AUDIÇÃO**

A audição decorreu em reunião da COF realizada a **27 de setembro de 2022**, com carácter público e com gravação integral em registo áudio e vídeo, podendo ser consultada na íntegra mediante recurso ao arquivo do Canal Parlamento<sup>1</sup>.

Nos termos da grelha de tempos adotada, o **Dr. Rui Miguel Correia Pinto** fez uma intervenção inicial, que seguidamente se transcreve na íntegra.

*«Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, início por agradecer a oportunidade que me é concedida para estar nesta Comissão, na sequência do convite que me foi dirigido para integrar o Conselho de Administração do Banco de Portugal, convite que muito me honra, reconhecendo a exigência e responsabilidade de tal cargo.*

*Integrar o Conselho de Administração do Banco de Portugal significaria o regresso a uma casa que tão bem conheço e admiro. Encaro com enorme motivação a oportunidade de me juntar a uma equipa de gestão de enorme talento, competência técnica, capacidade de gestão e beneficiando de uma clara dimensão de diversidade. As organizações muito beneficiam da existência de diferentes sensibilidades, conhecimentos, experiências que contribuem de forma decisiva para um equilibrado processo de tomada de decisão colegial. Assim o defendemos na atividade de supervisão, para um mundo que se quer mais sustentável, pelo que devemos liderar pelo exemplo.*

*Sou licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Detenho a certificação internacional CFA, uma das mais prestigiadas globalmente nos mercados financeiros.*

*No sentido de reforçar as minhas competências de alta gestão, e aliás seguindo uma recomendação desta Comissão (aquando da minha audição para integrar O Conselho de Administração da CMVM) frequentei o Global Senior Management Program, lecionado pela IE Business School e Chicago Booth School of Business.*

*Previamente ao meu ingresso no Banco de Portugal em 2008, desempenhei na Caixa Gestão de Ativos (a maior gestora de ativos em Portugal em quota de*

---

<sup>1</sup> <https://canal.parlamento.pt/?cid=6154&title=audicao-de-rui-miguel-correia-pinto>



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

*mercado) funções de gestão de carteiras de fundos de investimento na classe acionista, com especialização nos setores bancário e segurador europeus. Desempenhei, após esta experiência enriquecedora, no Grupo Santander funções de analista de research de ações de bancos portugueses (também uma experiência enriquecedora), integrado na equipa de research ibérico do grupo. No Banco de Portugal, a que me juntei em 2008 (como referido), desempenhei vários cargos sempre no Departamento de Supervisão Prudencial.*

*Quando suspendi a minha experiência no Banco de Portugal exercia funções de Diretor-Adjunto do Departamento, tendo anteriormente exercido funções de coordenação de área (uma divisão do departamento) e de núcleo. Foram anos de forte aprendizagem e crescimento com uma equipa de alta craveira técnica e humana, marcados por um período difícil para o país, que culminou no Programa de Assistência Económica e Financeira, que atravessou uma boa parte deste meu percurso no Banco.*

*No final de 2016 aceitei com muita honra o convite para um mandato de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, função que desempenho até aos dias de hoje. Considero que desempenhei o meu cargo com competência, responsabilidade e sentido de missão*

*Tive a oportunidade de trabalhar com uma equipa de enorme talento e dedicação, que fazem daquela casa um nome de respeito e uma referência no panorama nacional e internacional.*

*Ao longo do meu mandato, assumi o pelouro de supervisão prudencial e comportamental. Tive a oportunidade de assumir igualmente, e de forma mais temporária, os pelouros de investigação, estudos económicos, IT, de recursos humanos e de emitentes.*

*Terminando agora o meu mandato na CMVM, considero que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários é hoje uma organização melhor preparada para os próximos tempos. Integrei uma equipa (Conselho de Administração, corpo dirigente, corpo técnico e administrativo) que abriu a CMVM à sociedade.*

*Que se entregue ao escrutínio das diversas partes interessadas, que anuncia os seus objetivos e prioridades, que desenvolve planeamento estratégico, que opta pelo investimento na inovação tecnológica aplicada à sua atividade, que colabora e interage com o mundo académico, que ouve os supervisionados e o mercado, que assume objetivos de eficiência na autorização de novas*



Comissão de Orçamento e Finanças

---

*sociedades e de novas operações e que exerce a sua autoridade de supervisão e enforcement (refiro-me à ação sancionatória) com discernimento, critério, propósito e proporcionalidade.*

*A CMVM adotou medidas que visam o reconhecimento, a retenção e a captação de talento. Introduziu modelos de carreiras e sistemas de avaliação assentes no mérito e no cumprimento dos objetivos definidos.*

*A valorização das suas pessoas e proporcionar-lhes melhores condições de trabalho e conciliação com a sua vida privada e familiar constituiu um vetor essencial de atuação nos últimos anos.*

*Integrado na missão de proteção dos investidores, a CMVM abraçou o desígnio do desenvolvimento do mercado de capitais. Assumiu como prioridade a criação de condições para que o mercado de capitais português seja competitivo no panorama internacional e para que constitua uma efetiva alternativa para o financiamento das empresas e, igualmente, uma opção a considerar pelas famílias na aplicação das suas poupanças.*

*Tenho plena convicção, alicerçada em estudos económicos que o comprovam, que uma economia que convive com a existência de alternativas ao sistema bancário para o financiamento das empresas será uma economia mais resiliente a choques económicos e que mais rápido recupera dos mesmos.*

*Creio que a experiência obtida nos últimos seis anos mas também nos anos anteriores me concedem as ferramentas necessárias e toda a adequação para o desempenho das funções para as quais fui convidado.*

*Vejo o Banco de Portugal como uma referência na arquitetura institucional do país. O Banco de Portugal é um importador e um exportador de qualidade e talento. É um centro de excelência. É uma fonte de pensamento inovador.*

*Neste sentido, considero que deve ser um desígnio do Banco de Portugal a partilha do conhecimento com a sociedade. Tenho acompanhado, de fora, o esforço que tem vindo a ser realizado na comunicação com a sociedade civil, que pretende tornar claro o que se faz no Banco de Portugal, como se faz e quais os resultados da atividade nas mais variadas vertentes.*

*Este trabalho deve ser acarinhado e potenciado. Denoto uma tendência muito positiva de abertura do Banco de Portugal ao mundo e quero fazer parte desse*



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

*caminho futuro. Porque há muito a partilhar, para benefício das pessoas, dos seus conhecimentos, da sua literacia.*

*A literacia financeira da população portuguesa é claramente insuficiente. Essa insuficiência, persistente no tempo, cristaliza uma vulnerabilidade entre os clientes bancários e investidores.*

*Numa era de franca expansão do fenómeno da digitalização, também a forma como pretendemos que sejam prestados serviços financeiros se alterou de forma drástica. A população mais jovem, novos entrantes no mercado, apoia-se em fontes alternativas de obtenção da informação que fundamenta o seu processo de decisão.*

*A maior automatização dos processos de prestação de serviço e a maior autonomia dos clientes e investidores trazem para primeiro plano a importância da literacia financeira na proteção do cliente bancário, segurador e investidor. Enquanto primeira linha de defesa daqueles, a literacia financeira tem de ser desenvolvida e potenciada. De forma transversal, mas com destaque para a população mais jovem (estudantes) e os segmentos potencialmente mais vulneráveis, como a população mais idosa.*

*Neste sentido se destaca o trabalho realizado pelo Plano Nacional de Formação Financeira, desenvolvido pelas três autoridades de supervisão do sistema financeiro, no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.*

*O Plano, que completou muito recentemente 10 anos de vida, é uma referência a nível internacional, especialmente pelo que tem realizado nas escolas portuguesas em parceria com o Ministério da Educação. É um caso de sucesso também pelo que significa como esforço conjunto e coordenado das três autoridades de supervisão.*

*Vivemos num mundo em rápida mudança. A inovação tecnológica é fortemente sentida no mundo financeiro. A forma como hoje podemos e queremos interagir com as instituições (com um mero click, utilizando uma qualquer aplicação no telemóvel) tem significado que as instituições têm necessariamente que repensar o seu modelo de negócio, se querem ser sustentáveis.*

*O modo de realizar a atividade bancária, antes fortemente alicerçada em densas redes de agência e balcões para uma maior captação de clientes e quota de mercado, mudou de forma radical. Os bancos tradicionais competem hoje com*





Comissão de Orçamento e Finanças

---

*fintechs que, com elevado investimento tecnológico e sem estrutura física comparável (sem balcões) têm vindo a ser ganhadores na captação de novos clientes. Os bancos incumbentes têm de se adaptar e abraçar a inovação, ao mesmo tempo que capitalizam nos pontos fortes, decorrentes da experiência de décadas na atividade e de todo o conhecimento reunido entretanto.*

*É neste contexto de reflexão filosófica sobre o modelo de negócio a adotar que se observa um ponto de inflexão nas circunstâncias em que o negócio é levado a cabo.*

*De facto, os últimos anos foram tempos de inflação praticamente inexistente, taxas de juro nulas ou mesmo negativas, de abundância de liquidez (dinheiro disponível a baixo custo) e de algum crescimento económico.*

*A partir do período pandémico, tudo alterou. Após um período de queda abrupta da atividade económica decorrente do confinamento global da população, a normalização dos padrões de consumo globais trouxe uma forte pressão sobre as cadeias de abastecimento que em consequência alimentaram uma subida acentuada dos preços. A inflação ganhou um impulso acrescido a partir da trágica e bárbara invasão da Ucrânia, o que tornou persistente aquilo que se cria ser transitório.*

*Esta alteração de expectativas em torno do crescimento dos preços trouxe para primeiro plano a missão última da política monetária de controlo da inflação. Iniciou-se assim um movimento global de aumento de taxas de juro por parte da generalidade dos bancos centrais, que claramente não terminou ainda. Este contexto macroeconómico é particularmente desafiante para todos os agentes, em particular em economias com elevados níveis de endividamento.*

*Um aumento generalizado dos preços e das taxas de juro significa uma redução do poder de compra e do rendimento disponível das famílias o que deverá fazer retrain o consumo e exercer pressão sobre a capacidade de cumprir o serviço das dívidas. As empresas, a lidar com um forte aumento dos custos, sobretudo os energéticos, e com a potencial redução do consumo da parte dos clientes, poderão debater-se com dificuldades financeiras, assim como as famílias.*

*A política fiscal levada a cabo pelos governos deve atuar sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade, que mais dificilmente incorporarão a esperada redução real do rendimento. A economia como um todo deverá, contudo, sentir o impacto da inversão rápida e acentuada do posicionamento dos bancos*



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

*centrais. Isto sob pena de se colocar em causa o combate em curso às pressões inflacionistas, e causar um contexto de necessidade de medidas reforçadas, mais prejudiciais para a economia e para a sociedade.*

*Após um longo período de taxas de juro nulas ou negativas que exerceram uma forte pressão na rentabilidade do sistema bancário europeu, uma subida de taxas de juro será claramente uma fonte de alívio da pressão sobre a margem financeira. Importará aferir, contudo, a evolução da qualidade de crédito no futuro já que uma deterioração da mesma poderá eliminar, parcial ou completamente, os benefícios gerados na margem.*

*A reduzida rentabilidade do sistema bancário europeu tem vindo a ser persistente e constitui uma ameaça à estabilidade financeira. É de extrema importância que os índices de rentabilidade dos bancos europeus, o que inclui os bancos portugueses, aumentem de forma significativa para que possam atingir níveis superiores ao custo do capital e para que possam atrair investimento.*

*Não obstante esta necessidade de incremento de rentabilidade, o sistema bancário está hoje bem melhor preparado para lidar com contextos adversos do que estava em períodos anteriores.*

*A solvabilidade foi fortemente incrementada ao longo dos últimos anos e a posição de liquidez (embora por defeito mais volátil e facilmente reversível) é robusta 37. Mas tão ou mais importante do que estes riscos mais financeiros, realça-se a atenção dedicada pela supervisão e pelas próprias instituições a fatores de índole não financeira. Aspectos como a robustez do modelo de organização, a eficácia das funções de controlo interno e, claro, a adequação para o exercício de funções dos titulares de funções chave nos órgãos sociais, aferida em modo contínuo. Estes são fatores que têm vindo a ganhar preponderância na atuação do supervisor, incorporados no processo de avaliação e supervisão regularmente efetuado, e que melhor garantem a sustentabilidade das organizações.*

*Em jeito de conclusão, é esta a minha perspetiva sobre uma realidade tão próxima da atividade do Banco de Portugal. O contexto atual é de clara inflexão e os próximos tempos prometem ser desafiantes.*

*Aos desafios externos juntam-se os desafios internos da organização. O desenho estratégico da atuação do Banco de Portugal, de cumprimento eficaz e*



Comissão de Orçamento e Finanças

---

*eficiente da sua missão mantendo e incrementando a posição de referência na sociedade portuguesa.*

*Mas o Banco de Portugal é feito de pessoas. Os colaboradores do Banco, atuando em equipa e com um propósito único determinam o sucesso da organização. O Banco de Portugal deve continuar a acompanhar o contexto de mudança da nossa matriz social e da forma como encaramos a atividade profissional e como ela interage com a vida pessoal e familiar, com novas tendências de trabalho e conciliação, que o período pandémico recente veio tornar tão claras e pungentes. A formação e valorização das pessoas, a promoção de uma cultura de reconhecimento do mérito e a celebração do espírito de equipa deverão continuar a nortear a atuação do Banco.*

*É esta a minha ambição para o Banco de Portugal e que me proponho, conjuntamente e em equipa, desenvolver com toda a motivação, dedicação e entusiasmo.*

*Termino, colocando-me à disposição das senhoras e senhores deputados para as questões que desejem colocar.*

*Obrigado.»*

Na 1.<sup>a</sup> ronda de perguntas, usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), Alexandre Simões (PSD), Pedro Frazão (CH) e Carla Castro (IL), tendo o Dr. Rui Miguel Correia Pinto respondido conjuntamente às questões colocadas.

O Deputado **Hugo Costa (PS)** fez notar que seu grupo parlamentar considera que, do ponto de vista técnico, das qualificações e do percurso profissional, o Dr. Rui Correia Pinto tem as competências necessárias para o exercício da função para a qual foi indigitado e perguntou de que forma pode a sua experiência ser potenciada enquanto membro do Conselho de Administração do BdP. Aludiu seguidamente à situação económica do país, referindo-se à pandemia, à guerra na Europa e, mais recentemente, ao aumento da inflação como fatores relevantes, perguntando ao Dr. Rui Correia Pinto como encara as perspetivas de intervenção do BdP no quadro atual, nomeadamente perante os riscos de incumprimento bancário por parte das famílias. Numa nota relacionada, indagou igualmente sobre a avaliação feita relativamente à opção do BCE em aumentar as taxas de juro. Solicitou também um comentário acerca dos desafios suscitados ao setor bancário e financeiro pelos desígnios da sustentabilidade



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

ambiental e da digitalização, perguntando como perspetiva o posicionamento do BdP neste domínio. Por fim, questionou o Dr. Rui Correia Pinto sobre que antecipação faz relativamente à transposição das diretivas CRD V e BRRD II.

Por sua vez, o Deputado **Alexandre Simões (PSD)**, fazendo uma alusão à conjuntura atual e às sucessivas revisões das projeções macroeconómicas do BdP, perguntou como encara estes erros de previsão, como se justificam e como podem evitar-se. Perguntou se a resposta do BCE à crise inflacionista é a mais adequada. Tendo em conta a intervenção inicial do Dr. Rui Correia Pinto, que manifestou preocupação com a reduzida margem de rendibilidade dos bancos, perguntou se não devia ter também alguma preocupação quanto ao risco de incumprimento por parte dos consumidores e sobre o que pode o BdP e também o Governo fazer para reduzir o risco de incumprimento nos créditos bancários. Ainda relativamente à redução da capacidade financeira das famílias, pediu um comentário sobre o que se antecipa vir a ser uma desvalorização real dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e das prestações sociais e sobre o respetivo impacto nos orçamentos familiares e, por conseguinte, no risco de incumprimento. Concluiu referindo que as projeções mais recentes apontam para uma deterioração das perspetivas económicas de curto prazo e que se espera que a política monetária seja mais restritiva nos próximos tempos, perguntando o que pode e deve fazer a política orçamental para mitigar efeitos os eventuais recessivos que se possam avizinhar.

Seguiu-se o Deputado **Pedro Frazão (CH)**, que anunciou ter questões a colocar em matéria ético-moral, indagando seguidamente o Dr. Rui Correia Pinto sobre os rendimentos auferidos pelos membros do Conselho de Administração do BdP. Aludiu depois à trajetória profissional do Dr. Rui Correia Pinto, com enfoque na sua proveniência da CMVM, questionando se considera positiva a “rotação” dos agentes entre entidades supervisoras. Solicitou ainda um posicionamento quanto àquele que será o modelo mais adequado de contratação para as empresas de auditoria no setor bancário, perguntando se é a favor de um quadro legal global e robusto para essas mesmas auditorias.

Por fim, interveio a Deputada **Carla Castro (IL)**, que indagou sobre os riscos gerados pela evolução dos dividendos pagos pelo BdP em contexto de aumento das taxas de juro. Perguntou depois como percebe, de um ponto de vista institucional, a articulação entre as diversas entidades de supervisão e de regulação, quer a nível nacional, quer europeu. Em concreto, indagou sobre o que pensa o Dr. Rui Correia Pinto acerca da eficácia do Conselho Nacional de



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

Supervisores Financeiros. Colocou ainda algumas questões em matéria de política de recursos humanos, pedindo que identificasse os desafios para o seu mandato ao nível da atração e retenção de recursos humanos para o BdP.

Concluída a primeira ronda de perguntas, o **Dr. Rui Correia Pinto** prestou os esclarecimentos solicitados pelos vários Grupos Parlamentares.

Depois de ter aludido aos ganhos associados à sua experiência profissional na CMVM para o desempenho de funções no BdP, fez uma nota sobre a conjuntura atual, explicando que passámos de um período de taxas de juro negativas e inflação nula para um contexto totalmente diferente, induzido pela pandemia e pela guerra, de subida das taxas de juro que é necessária para combater a inflação. Referiu, a este respeito, que é importante que não haja intervenção de política fiscal que ponha em causa o que se pretende obter com as alterações ao nível da política monetária, argumentando que a política fiscal deve concentrar-se nos segmentos mais frágeis da sociedade e da economia. Reconheceu ser expectável uma redução dos rendimentos famílias, o que se poderá traduzir numa redução dos níveis de consumo, implicando alguma pressão sobre as próprias empresas. É neste quadro que, observa, o arrefecimento da atividade económica começa a estar patente nas projeções macroeconómicas a nível nacional e europeu.

Explicou que este quadro gera desafios, sendo que a pressão sobre a capacidade das famílias e das empresas tem impactos potenciais do ponto de vista do incumprimento nos créditos bancários, o que, nota, ainda não se está a verificar, verificando-se aliás que o incumprimento está hoje em níveis relativamente reduzidos, em linha com o que vemos noutros contextos. Reforça, todavia, que é natural que os bancos estejam vigilantes quanto à evolução do incumprimento.

Acrescentou depois que, embora os bancos portugueses (e europeus de forma mais geral) beneficiem do aumento das taxas de juros, uma vez que o crédito é na sua maioria crédito indexado a taxas variáveis, os aumentos que possa haver nas margens são aumentos de certa forma naturais, já que os bancos foram prejudicados por um período longo de taxas negativas, e isso vê-se no que são os índices de rendibilidade dos bancos - não só em Portugal mas de forma global. Diz, por isso, que podemos hoje falar de uma normalização das taxas de juros. Nota, contudo, que este aumento da margem dos bancos pode vir a ser compensado por uma necessidade de aumento de imparidades, já que pode



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

haver alguma pressão sobre a qualidade do crédito. Conclui dizendo que certo é que os bancos continuam a apresentar índices de rentabilidade que não são ainda os desejáveis.

Quanto ao tema da sustentabilidade, explicou que essa tem sido uma prioridade seguida pelas autoridades de supervisão como um todo e que é um tema extremamente relevante; é algo que resulta de uma procura cada vez mais efetiva por parte dos investidores, clientes, emitentes, que têm um papel a desempenhar nesta transição para um mundo mais sustentável. Disse que é uma tendência que o setor acompanha muito de perto, de modo a garantir que se consegue mitigar o maior risco nesta vertente, que é o risco de *greenwashing*, i.e. o risco de quando os investidores dizem que fazem investimentos sustentáveis, saber se realmente esses investimentos têm o impacto pretendido. Ou seja, é preciso garantir que os agentes do mercado têm políticas de avaliação dos investimentos que fazem e que têm como garantir que prestam toda a informação necessária aos seus clientes e investidores para demonstrar que há transparência e que o investimento está a ser canalizado para áreas de sustentabilidade. Quanto aos modelos de negócio dos bancos, disse que a inovação tecnológica toca diversas áreas e muito fortemente a área financeira, explicando que os bancos têm feito e têm de fazer um investimento muito significativo para acompanhar as tendências em mudança nas preferências dos clientes, sendo que têm nessa frente de conseguir competir com outros agentes do mercado como as *fintech*.

Quanto à inflação e às respostas do BCE, acrescentou ao que havia já dito que tem havido uma modificação das nossas perspetivas ao longo do tempo: inicialmente, esperava-se que o aumento dos preços fosse transitório, hoje parece ser uma tendência mais permanente; em qualquer caso, o que precisamos de fazer é garantir que estas pressões recuam de forma relativamente rápida.

Quanto às questões colocadas sobre os rendimentos auferidos pelos membros do Conselho de Administração do BdP, considerou que a responsabilidade inerente às funções deve de certa forma ter reflexo nas condições que são atribuídas, sendo importante garantir que há uma capacidade de atração daquelas que são as pessoas mais adequadas para as funções e que estão no mercado, reforçando que os supervisores estão eles próprios inseridos no mercado. Relativamente à "rotação" entre entidades supervisoras, disse entender que o que é relevante é a adequação das pessoas ao desempenho das



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

funções, a garantia de que reúnem os requisitos necessários e de que não existe qualquer tipo de conflito de interesses.

Em relação ao tema das auditorias, explicou que os bancos devem fazer a escolha dos auditores de forma a cumprir com um conjunto de requisitos e que nessa matéria os próprios órgãos de fiscalização dos bancos devem fazer o escrutínio do que é a capacidade dos auditores para desempenhar essas funções, acrescentando que, no caso das auditorias especiais, essa escolha pode ser acompanhada e desafiada pelo supervisor.

Quanto ao modelo de supervisão do sistema financeiro em Portugal, considerou que não há modelos certos ou errados e que qualquer um dos modelos de supervisão, seja único, seja como o que temos atualmente, é aceitável e pode ser adequado, desde que se garanta q há uma correta e adequada articulação entre os supervisores. Réferiu, contudo, que na avaliação que faz sobre a estrutura e o modelo de supervisão que temos, há provavelmente algum espaço para obter sinergias e ganhos de eficiência, e.g. no que é o investimento em matéria de IT.

Para concluir, em relação à política de recursos do BdP, remeteu para a sua experiência na CMVM e explicou que, sobretudo após a pandemia e o confinamento, mas de modo geral dentro daquelas que são as gerações mais jovens, há mudanças relevantes nas aspirações das pessoas. Disse que essas mudanças são notórias até nas entrevistas que são feitas atualmente, muito diferentes das que se faziam no passado, e fez notar que as entidades devem acompanhar essas tendências e dar resposta àquela que é a atual matriz social, por forma a ir ao encontro das aspirações das pessoas, inovando no seu modelo de recrutamento e de carreiras e nas condições de trabalho oferecidas, garantindo assim a captação de talento.

Na 2.<sup>a</sup> ronda, só o deputado Pedro Frazão (CH) usou da palavra, tendo posteriormente o Presidente dado a audição como encerrada.



Comissão de Orçamento e Finanças

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

A Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento e Finanças, procedeu à audição do Dr. Rui Miguel Correia Pinto, indigitado para o cargo de Administrador do Banco de Portugal, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada em anexo à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro.

O perfil da personalidade indigitada deve adequar-se à função a desempenhar, ser-lhe reconhecida a idoneidade, competência técnica, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função.

Das respostas dadas às questões formuladas, bem como da análise e escrutínio da respetiva nota curricular, a Comissão de Orçamento e Finanças considera que o Dr. Rui Miguel Correia Pinto reúne os requisitos necessários para o desempenho da função.

Da audição foi produzido o presente relatório descritivo, do qual será dado conhecimento ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Palácio de S. Bento, 19 de outubro de 2022

O Deputado Relator

  
(Hugo Costa)

O Presidente da Comissão

  
(Filipe Neto Brandão)





Comissão de Orçamento e Finanças

---

**PARTE V – ANEXOS**

- Ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças em que o Governo solicita o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Administrador do Banco de Portugal, Dr. Rui Miguel Correia Pinto, acompanhado da nota biográfica da Personalidade Indigitada, nos termos legalmente aplicáveis.



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o

1. Presidente da A.R. Dr. S. Coenias
2. Dr. António Reis
3. Dr. DAP

*[Handwritten signature]*  
19.09.22

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 1117 ENT.: 2161 PROC. N.º:	19/09/2022

**ASSUNTO:** Pedido de audição - Designação de membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal

Encarrega-me a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de, conforme solicitado pelo Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, através do ofício n.º 943, datado de 16 de setembro, cuja cópia figura em anexo, enviar o pedido de audição e documentos anexos correspondentes aos seguintes membros indigitados para o Conselho de Administração do Banco de Portugal, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora;
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador;
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora;
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador;
- Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Agradece-se o seu reencaminhamento à Comissão de Orçamento e Finanças e respetivo agendamento de audição no mais curto prazo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

*[Handwritten signature]*  
João Bezerra da Silva

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>65371</u>
Classificação <u>10/01/04</u>
Data <u>19.09.2022</u>



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro Adjunto e  
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 2161

Data 19/05/2022

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete de S. E. a

Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		ENT. PROC. 01.01	
<b>ASSUNTO:</b>	<b>Parecer prévio à designação de membros do conselho de Administração do Banco de Portugal</b>		

Exmo. Senhor,

Encarrega-me o Senhor Ministro das Finanças de informar V/Ex.ª que é sua intenção designar as seguintes personalidades como membros do conselho de administração do Banco de Portugal:

- Prof.ª Doutora Clara Patrícia Costa Raposo - Vice-Governadora
- Mestre Luís Máximo dos Santos - Vice-Governador
- Prof.ª Dr.ª Francisca Guedes de Oliveira - Administradora
- Dr. Rui Miguel Correia Pinto - Administrador
- Dr. Helena Maria de Almeida Martins Adegas - Administradora

Assim, requer-se o agendamento urgente da audição das personalidades indigitadas na Comissão de Orçamento e Finanças, nos termos e para os efeitos dos n.os 2 e 3 do artigo 27.º do Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua versão atual.

Em anexo junta-se o curriculum vitae atualizado dos designados.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Carlos  
Domingues  
ues

Assinado de forma  
digital por Carlos  
Domingues  
Dados: 2022.05.18  
19:52:36 +01'00'

Carlos Domingues

## **Rui Pinto | Nota biográfica**

**Rui Pinto é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica e detentor da certificação CFA (*Chartered Financial Analyst*). Frequentou o Global Senior Management Program, lecionado pela IE Business School e Chicago Booth School of Business.**

**É membro do Conselho de Administração da CMVM desde 2016 e Presidente da Comissão Diretiva do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) desde 2019.**

**Esteve no regulador bancário (Banco de Portugal) onde foi Diretor Adjunto do Departamento de Supervisão Prudencial, até final de 2016, tendo ainda desempenhado cargos de chefia do Núcleo de Estudos e Análise e da Área de Supervisão Especializada.**

**Participou em diversos grupos de trabalho internacionais na Comissão Europeia, na Autoridade Bancária Europeia e no Mecanismo Único de Supervisão. Foi membro do *Steering Committee on Oversight and Practices* da Autoridade Bancária Europeia e participou no *High Level Group on Options and National Discretions* do Mecanismo Único de Supervisão.**

**Anteriormente desempenhou funções de analista do mercado acionista (setor de banca) na equipa de Equity Research do Grupo Santander e de analista e gestor de fundos (setores de banca e seguros) na Calxagest - Caixa Gestão de Ativos.**

**Foi Professor Auxiliar Convidado na *Nova School of Business and Economics* - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.**